



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
22 de janeiro
de 2020



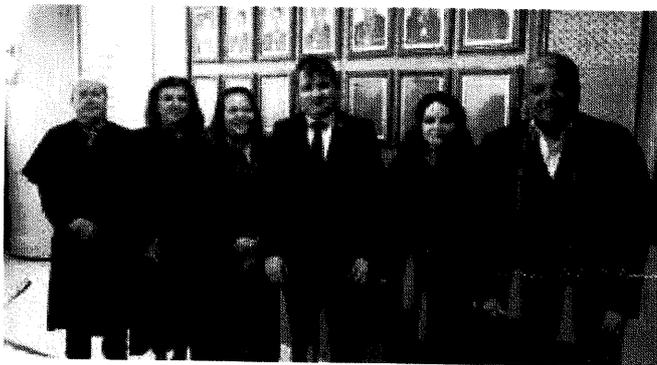
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Variedades - Kátia Persovisan					
DATA	22 / 01 / 2020	PÁG.	8	Espontânea	Positiva

Reunião

O promotor de justiça, Gilberto Camara, acompanhou na última sexta-feira (17) a primeira reunião do Conselho Superior do Ministério Público na qualidade de presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM). Na ocasião, ele posou com os procuradores de justiça, presentes à sessão, Eduardo Nicolau, Marilea Campos, Carlos Jorge Avelar, Themis Carvalho e Fátima Travassos.





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Política					
DATA	22 / 01 / 2020	PÁG.	2		

RÁPIDAS

Procuradores ainda contestam pacote anticrime

São Paulo - Faltando dois dias para entrar em vigor, a lei apelidada de "pacote anticrime" e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro traz dúvidas sobre as consequências de seus efeitos tanto a promotores e procuradores quanto a advogados - os dois polos de um processo criminal.

Juiz de garantias e delação são pontos polêmicos

Brasília - Além do polêmico ponto sobre o juiz de garantias, procuradores se queixam de mudanças na delação premiada, dos novos procedimentos para lidar com vestígios materiais de crimes e da previsão de troca de juízes que entrarem em contato com uma prova considerada ilícita.

Abracim constetou constitucionalidade do pacote anticrime

O juiz Ade: Já os advogados questionam um dispositivo da nova lei que permitirá que o

juiz, em alguns casos, decrete a perda de patrimônio incompatível com a renda do réu. Esse ponto, inclusive, se tornou alvo de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF pela Associação Brasileira dos Advogados



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Política			
DATA	22 / 01 / 2020	PÁG.	2

Decisão do STJ pode confirmar improbidade do governo do MA

Primeira Turma do STJ decidiu que o ressarcimento à administração pública de bens subtraídos não desfaz o ato de improbidade; gestão estadual está devolvendo R\$ 140 mi ao Porto do Itaqui, mas ainda poderá ser condenada

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

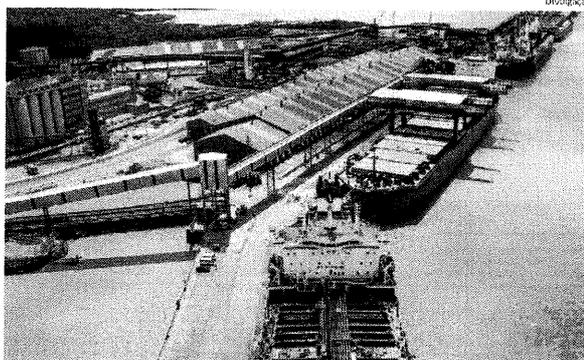
Uma decisão da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode ser utilizada como base em eventual ação contra o Governo do Maranhão por conta dos saques irregulares de recursos dos cofres do Porto do Itaqui.

Ao manter condenação de um ex-funcionário dos Correios e de outras duas pessoas que subtraíram 40 caixas de papel da empresa, por maioria, o órgão colegiado decidiu que o ressarcimento ou a restituição à administração pública de bens subtraídos não desfaz o ato de improbidade administrativa.

No caso julgado, o valor estimado do material desviado era de R\$ 4,8 mil. No Itaqui, os saques somam algo em torno de R\$ 140 milhões.

O desvio dos recursos - que deveriam ser aplicados exclusivamente na administração do porto, mas foram parar nas contas do Tesouro Estadual - foi apontado ainda em junho de 2018 no bojo de uma ação popular protocolada na Justiça Federal pelo advogado Thiago Branner Costa.

Depois de sanções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e de pressões do Ministério da Infraestrutura, a gestão Flávio Dino aceitou negociar a devolução, à Empresa Ma-



Governo recebeu da Emap R\$ 140 milhões, o que não poderia acontecer porque recurso é do Porto do Itaqui!

raense de Administração Portuária (Emap), dos valores irregularmente retirados.

Segundo a pasta federal, além da gestão estadual, as tratativas contam com a participação da Advocacia-Geral da União (AGU), que confirmou, já em julho do ano passado, haver recebido solicitação do Governo do Maranhão e da própria Emap para processo de conciliação.

Os procedimentos, nesse caso, são conduzidos pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) que, de acordo com o órgão, buscará

"solucionar a controvérsia e decidir a resolução adequada" para o caso. Questionada, a AGU informou ainda que "eventual aplicação de sanções ao Poder Executivo do Maranhão não cabe ao escopo de atuação da CCAF e da AGU".

A busca por conciliação é uma forma de o governo comunista tentar evitar sanções por improbidade, com o argumento de que se propôs a devolver o recurso sacado - embora em parcelas como revelou o deputado estadual César Pires (PV).

A decisão do STJ no caso da

subtração de material dos Correios, contudo, pode confirmar a ilegalidade no caso maranhense, de acordo com voto do ministro-relator da matéria, Benedito Gonçalves. "Assim, o instante em que o dano à Administração Pública ocorreu está devidamente determinado. No caso, houve a posse tranquila do bem público por parte dos agentes, ainda que por breve período de tempo", disse o ministro.

Segundo ele, a recuperação do bem público "não apaga do mundo dos fatos o seu antecedente lógico, qual seja, o dano ao

Deputado viu pedalada do governo Flávio Dino em saques

O deputado Marcel van Hattem (Novo-BS), relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara de um pedido do deputado Edílzio Júnior (PSD-MA) para que o colegiado, juntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), realize ato de fiscalização e controle no Convênio de Delegação nº 16/2000 - que concedeu ao Maranhão a gestão do Porto do Itaqui - destacou em seus parecer, emitido no ano passado, que o governador Flávio Dino (PCdoB) poderia ter cometido "pedalada fiscal" ao autorizar que seu governo se apropriasse de receitas da União.

"Se, realmente, ocorreram transferências de recursos considerados receitas da União para os cofres do estado, desrespeitando contrato existente, estaríamos diante de mais uma pedalada fiscal que deve ser investigada conforme legislação vigente", destacou.

O parlamentar acrescentou que

uma ação de fiscalização no convênio de delegação só poderia ter "efeitos benéficos". "Com referência aos demais enfoques, não se vislumbram aspectos específicos que possam ser tratados na presente ação fiscalizatória, a não ser os efeitos gerais, invariavelmente benéficos que possam surgir de uma ação de fiscalização, efetuada pelo Poder Legislativo, da qual resulte em conexão de eventuais duplicidades de políticas públicas com a consequente economia de recursos orçamentários, impactando positivamente o Orçamento Geral da União", completou.

O relator detalhou, em seu voto, como se deve proceder no caso da fiscalização. "A execução da presente PFC dar-se-á mediante ato de fiscalização e controle realizado pelo TCU, ao qual deve ser solicitado que remeta cópias dos resultados alcançados a esta Comissão, com vistas à elaboração do Relatório Final", concluiu. ●

erário, como de fato ocorrido".

"E dizer o ressarcimento ou a restituição dos bens à Administração Pública por ato daquele que praticou a conduta impropria ou por ato de terceiro, como no caso, pode devolver o estado an-

terior das coisas para fins de aferição da responsabilidade pela reparação integral do prejuízo, todavia não faz desaparecer o ato de improbidade que gerou inicialmente o dano ao erário", concluiu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

22 / 01 / 2020

PÁG.

5

Judiciário decidirá continuação da obra do Terminal da Praia Grande

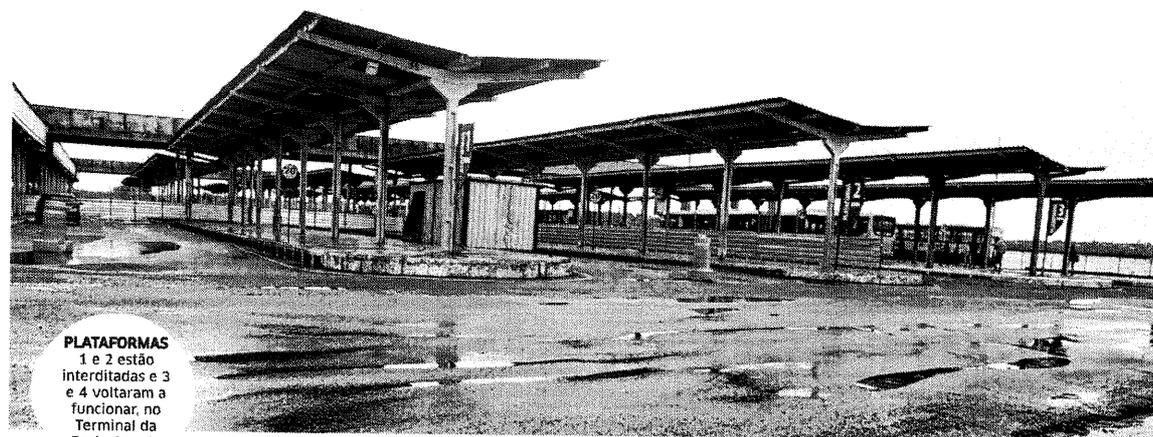
Plataformas 1 e 2 do terminal de integração estão interditadas desde a última segunda-feira e o andamento da reforma será decidido após audiência na Vara de Direitos Difusos; plataformas 3 e 4 foram reformadas

A direção do Consórcio Taguatur Ratrans/Consórcio Central, responsável pela administração do Terminal de Integração da Praia Grande, informou que até a próxima quinta-feira, 23, deve ter uma audiência, mediada pelo juiz da Vara de Direitos Difusos, Douglas Martins, para definir o andamento das obras das plataformas 1 e 2 daquele terminal, que estão interditadas desde a última segunda-feira, 20. A área passa por reforma, atendendo a determinação judicial, desde o mês de outubro do ano passado após constatadas as péssimas condições estruturais, principalmente no telhado, vigas, calhas e pilares das plataformas.

Gilson Caldas Neto, do Consórcio Taguatur Ratrans/Consórcio Central, explicou que as plataformas 1 e 2 foram interditadas por precaução e devem passar por reforma, que será decidida durante a audiência. "O andamento da obra será decidido pela Vara de Direitos Difusos, pois é onde o processo do terminal está sendo tramitado", esclareceu Gilson Neto.

Os usuários do terminal reclamam da demora da obra e dos transtornos causados por ela. O aposentado Hilton Rezzo, de 68 anos, disse que a reforma total já deveria ter sido concluída, para evitar mais transtornos, como os que estão ocorrendo, inclusive, no momento de ter acesso ao coletivo.

Sandra Ribeiro, de 41 anos, declarou que devido a última mudança ocorrida no terminal não sabia o local onde deveria aguardar o coletivo que tinha como destino a área industrial da capital. "Procurei alguém para infor-



PLATAFORMAS
1 e 2 estão interditadas e 3 e 4 voltaram a funcionar, no Terminal da Praia Grande

mar onde era a parada, mas não encontrei. Tive de sair perguntado para os outros passageiros", desabafou.

Sílvia da Conceição, de 52 anos, que mantém uma banca na frente do terminal, reclamou das vendas. Segundo ela, antes da reforma conseguia obter um lucro maior. "No momento, os passageiros não encostam mais na banca e até mesmo diminuiu um pouco o fluxo de pessoas", afirmou a vendedora.

Concluída

De acordo com Gilson Neto, a reforma das plataformas 3 e 4 foram concluídas e com isso elas foram liberadas para a comunidade. A perícia judicial constatou que na-

queas plataformas havia deterioração e patologias críticas nas vigas, calhas, pilares e consoles e verificou fissuras, trincas, deslocamento de concreto e corrosão das armaduras.

A pista estava cheia de buracos, que poderiam causar acidentes e danificar os coletivos. Em algumas das aberturas, poças d'água tinham se formado e o pavimento estava repleto de ondulações. O telhado também apresentava irregularidades.

Decisão

No dia 25 de outubro do ano passado, o juiz Douglas de Melo Martins determinou ao Consórcio Taguatur Ratrans/Consórcio Central interditasse, imediata-

SAIBA MAIS

O Terminal da Praia Grande foi inaugurado no dia 8 de agosto de 1996 e vem sendo alvo de reclamação há alguns anos devido às condições em que se encontra, com buracos na entrada e na área interna. Uma das plataformas, inclusive, esteve interditada durante vários meses para reparos, o que levou a administração a fazer modificações nas guias, acrescentando linhas em guias. Isso levou à formação de pequenos engarrafamentos dentro do próprio terminal. Em julho do ano passado, um grupo de usuários do transporte público realizou um protesto nos dois pontos de acesso ao Terminal de Integração da Praia Grande. Os manifestantes impediram a entrada e saída de ônibus, o que gerou um longo congestionamento. Eles reivindicavam vários itens, incluindo melhorias na estrutura do terminal, acessibilidade e renovação da frota de ônibus.

mente, as plataformas 3 e 4 do Terminal de Integração da Praia Grande e iniciasse a reforma em 24 horas, com conclusão antes do período chuvoso.

Além disso, o magistrado pediu que relatório fotográfico do andamento das obras fosse anexado

ao processo. O juiz também noticiou o Consórcio Central para que esteja ciente da possibilidade de responsabilidade criminal e cível por eventual desabamento e incêndio no Terminal da Praia Grande, nos termos do Código Penal Brasileiro (CPB).

No dia 24 de outubro, Douglas Martins acompanhou uma vistoria no terminal, feita pelo engenheiro civil Roberlan Almeida. No decorrer da visita técnica, o engenheiro constatou nas plataformas irregularidades na estrutura física do local. ●

Da Jesus



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Polícia

DATA	22 / 01 / 2020	PÁG.	10	
------	----------------	------	----	--

Duas mortes violentas nesta terça-feira em SL

Na BR-135, um motociclista colidiu com a trazeira de um caminhão e na Vila Embratel, um homem foi morto por faccionados que invadiram a residência

ISMAELARAÚJO
Da editoria de Polícia

Duas mortes violentas ocorreram na terça-feira, 21, na capital. A polícia informou que uma das vítimas foi o motociclista Rivaldo Licar Santana, de 45 anos, e há três meses tinha sido multado na BR-135 devido não possuir carteira de habilitação.

De acordo com a polícia, a vítima estava conduzindo uma motocicleta Fan preta e ao tentar fazer uma ultrapassagem irregular acabou colidindo na trazeira de um caminhão, que estava parado no acostamento, no KM 5 da BR-135, nas proximidades do depósito de um supermercado.

No momento do acidente estava chovendo. O motociclista sofreu várias escoriações e morreu ainda no local. Os policiais rodoviários federais foram acionados e controlaram o trânsito na via até o corpo ser remo-



Corpo do motociclista no local do acidente ontem na BR-135

vido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga.

Barbárie

A polícia também ontem registrou

um ato de barbárie no Piancó, área da Vila Embratel. Faccionados conseguiram invadir durante a madrugada a residência de Márcio Roberto Cardoso, o Marcinho, de 37 anos. No

Divulgação

local, eles assassinaram o proprietário da casa com golpes de facão, tijoladas e tiro em seguida fugiram.

Policiais militares foram acionados, mas não conseguiram prender os criminosos. O corpo da vítima foi para o IML para ser autopsiado e logo depois liberado para os familiares. O caso vai ser investigado pela Superintendência de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP). A motivação para esse crime não foi revelada.

Investigação

A Polícia Civil ainda ontem estava investigando um caso de tentativa de homicídio que teve como vítima o político da cidade de Godofredo Viana, Júnior Matus. A polícia informou que a vítima foi golpeada na cintura, no braço e levou tijolada na cabeça. Até o momento, um dos acusados foi identificado apenas como Jonathan que ainda teve a participação de uma mulher. ●

Servidores da SSP acusados de ações criminosas na Ilha

Dois PMs são acusados de efetuarem tiros em via pública e ainda ontem, um terceirizado foi preso

Policiais e prestadores de serviços do sistema de Segurança Pública são suspeitos de praticarem ações ilegais na região metropolitana de São Luís. Ainda ontem foi levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas o prestador de serviços da Polícia Civil, Jairon Everton Diniz. Segundo a polícia, ele foi preso em cumprimento de uma ordem judicial, na tarde de segunda-feira, 20, suspeito de utilizar uma viatura da polícia para praticar crimes na Ilha.

Jairon Everton, segundo o delegado Carlos Alessandro de Assis, é Superintendente da Polícia Civil da Capital, ele era encarregado das viaturas e na última quinta-feira, 16, em companhia de mais três criminosos, utilizaram o veículo da instituição para praticar arrastão na cidade.

Um dos alvos dos criminosos foi o estrangeiro, Leonardo Restrepo, que segundo o delegado, foi roubado em R\$ 1.400,00. Nesse mesmo dia, o bando invadiu uma residência no São Raimundo, de onde levaram uma motocicleta. A polícia tomou conhecimento do caso, deu início ao trabalho investigativo e identificou o bando criminoso", afirmou o delegado.

Jairon Everton vai responder pelos crimes de roubo qualificado,



Cadelão baleado por um policial

associação criminosos, usurpação e peculato. "A polícia continua realizando incursões na Ilha para prender os outros integrantes do bando", explicou Carlos Alessandro de Assis.

Baleada

Também na segunda-feira, 20, de acordo com a polícia, o militar Rafael Constantino é suspeito de ter atirado em uma cadela no bairro Jardim Turu. Os populares disseram que o animal teria latido para o policial e o barulho do tiro foi ouvido pelos moradores.

O militar foi denunciado, teve que levar a cadela ao veterinário onde passou por tratamento cirúrgico. Ele afirmou que vai pagar os custos do tratamento. ●

Integra em oestadoma.com.br/4479191

Faccionados presos em ação da polícia

Criminosos são suspeitos de serem os "cabeças" do Tribunal do Crime e de um duplo homicídio

Sete faccionados foram presos ontem, durante a operação Equívoco Fatal, realizada na Grande Ilha. Eles são acusados de cometerem um duplo homicídio e serem considerados como "cabeças" do "Tribunal do Crime". De acordo com a polícia, Paulo Eduardo Abreu, de 23 anos, e Jocivânio da Silva, de 19

anos, foram torturados e mortos a golpes de faca, pauladas e tiros em uma área de matagal, na área do Maracanã. O crime ocorreu na madrugada do dia 6 de janeiro do ano passado. Toda ação criminosa foi filmada e postada na rede social.

O delegado George Marques, da Superintendência de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), informou que as prisões ocorreram nos residenciais Amendoeira e Piancó, na Vila Embratel e foram em cumprimento de ordem judicial. "O mandado é de prisão temporária, mas pode ser convertida em preventiva. Há outros envolvidos nessa ação criminosa" que ainda estão soltos.

esclareceu o delegado. George Marques informou, ainda, que as vítimas foram mortas por engano e residiam no Residencial Amendoeira. Elas foram sequestradas pelos criminosos quando estavam em uma festa e levadas para a uma área de matagal, no Amendoeira. Neste local, Paulo Eduardo e Jocivânio da Silva foram torturados por pelo menos, 20 bandidos e mortos a golpes de faca, tiro e pedradas. "Esse bando criminoso é acusado de praticar outros assassinatos, além de assaltos e tráfico de droga", disse o delegado. ●

Vítimas foram torturadas pelos faccionados

DESAPARECIDO

O idoso Milson Ribeiro França, de 88 anos, que reside no Gapara, está desaparecido desde o último dia 13. Qualquer informação entrar em contato com Juca de Sousa, de 38 anos, pelo telefone 98-98722-4064.





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	22 / 01 / 2020	PÁG.	12

“Equívoco Fatal”

Operação da Polícia Civil prende membros de facção suspeitos de duplo homicídio

AIDÉ ROCHA

Uma operação da Polícia Civil, por meio da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), resultou na prisão de sete pessoas acusadas de participação em um duplo homicídio ocorrido em janeiro do ano passado, no Residencial Amendoeira, localizado no bairro do Maracanã, zona rural de São Luís. Todos os presos são integrantes de uma facção criminosa, com atuação na capital maranhense. Denominada “Equívoco Fatal”, a operação, que ocorreu nos últimos dias, teve como objetivo o cumprimento dos mandados de prisões temporárias dos que participaram das mortes, decididas por meio do chamado “tribunal do crime”.

Durante coletiva de imprensa, o delegado George Marques, da SHPP, explicou sobre o caso e as investigações até se chegar aos autores. “Este crime foi bem violento. Os suspeitos sequestraram as vítimas e realizaram o chamado ‘tribunal do crime’, onde fizeram uma espécie de julgamento de quem integra uma facção rival. Logo depois, eles executaram friamente com golpes de pau, facas e tiros. Essa investigação demorou o ano todo, por ser bastante complexa, tendo em vista o envolvimento de facções que predominam no local do crime e do medo da população



Jovens foram mortos por membros de facção, após julgamento do “tribunal do crime”

em colaborar com a polícia”, disse.

O EQUÍVOCO

As vítimas dos membros de facção foram identificadas como Paulo Eduardo Abreu e Jociviano da Silva. Ambos são do interior do estado e haviam chegado à capital na semana em que foram mortos. Conforme a polícia, os dois não

tinham ligação com a facção criminosa rival à dos acusados, como eles acreditavam. Toda a ação criminosa foi filmada e espalhada nas redes sociais. O vídeo em questão foi utilizado pela polícia para identificar alguns dos autores. Ainda segundo o delegado, a investigação continua com o

intato de prender mais pessoas que também participaram do crime. “É preciso identificar os demais autores. Nós acreditamos que cerca de quinze pessoas tenham participado efetivamente. Também pode ser necessário representar pela conversão da prisão temporária em preventiva dos que já foram capturados”, pontuou.

Cinco dos sete presos na operação já possuem passagens pela polícia. Entre os crimes praticados estão tráfico de drogas, roubos e homicídios. Eles foram encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde permanecerão à disposição da justiça.

O DUPLO HOMICÍDIO

No dia 6 de janeiro, no Residencial Amendoeira – do Minha Casa Minha Vida, no bairro do Maracanã, dois jovens foram sequestrados e mortos. De acordo com a polícia, eles foram mortos por membros de facção criminosa. Paulo Eduardo Abreu e Jociviano da Silva estavam em uma festa quando foram levados para um matagal no final do conjunto. No local, foram submetidos a uma série de agressões e humilhação. Um vídeo, feito pelos próprios suspeitos e que foi amplamente divulgado nas redes sociais, mostrava as vítimas sendo espancadas, esfaqueadas e mortas. Os dois foram confundidos com membros de outra facção.

Duas pessoas são mortas com requintes de crueldade em São Luís

Na noite de segunda-feira (20) e madrugada de ontem (21), foram registrados dois homicídios em São Luís. Ambos foram realizados com requintes de crueldade e tiveram como vítimas dois homens.

O primeiro ocorreu no bairro do Centro, nas proximidades do Convento das Mercês. O homem, ainda não identificado, segundo informações do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), foi atacado pelos suspeitos com pedaços de madeira

e pedras. Ele morreu no local. As informações de que a vítima estivesse envolvida na morte de Filomena Lourença Silva Dias, conhecida como “Flor”, de 59 anos, que foi encontrada sem vida dentro da casa em que residia, localizada na Rua da Saúde (Centro Histórico), na semana passada. A morte do homem seria uma retaliação pelo crime. Já o segundo homicídio ocorreu nas primeiras horas de ontem (21). A vítima foi identificada como Márcio Roberto Moraes Cardoso,

de 37 anos. O crime ocorreu na 2ª Travessa da Avenida Piancó, no bairro da Vila Embatel. Os autores, de acordo com testemunhas, invadiram a residência dele pela janela e o agrediram com tijoladas, pedaços de pau, tiros e facadas. Ainda não se sabe a motivação do crime. Em ambos os casos, ninguém foi preso. As investigações sobre os assassinatos estão sob comando da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). (AIDÉ ROCHA)

PRF realiza prisões e apreensões durante fiscalizações nas rodovias

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizou uma série de prisões e apreensões nos últimos dois dias, nas rodovias federais que passam pelo Maranhão. Na noite de segunda-feira (20), foram registrados o crime de embriaguez ao volante, a prisão de assaltantes e uma recuperação de veículo.

O condutor embriagado foi preso em Santa Inês. Na ocasião, o veículo foi recolhido ao pátio da PRF por não apresentar licenciamento atualizado e também ausência de equipamentos obrigatórios. O motorista, que não possuía CNH, foi encaminhado para a Delegacia da cidade para lavratura dos procedimentos cabíveis.

Ainda em Santa Inês, agentes da PRF recuperaram uma moto roubada e prenderam os assaltantes. A prisão ocorreu em um posto de combustível na altura do km 265 da BR 316. Com os dois suspeitos, além da moto, foram apreendidos uma arma branca, faca pequena, um celular, algumas roupas, alicate e a quantia de R\$ 149,00 em espécie.

Outra moto também foi recuperada em Santa Inês. Ela estava adulterada com uma placa cujo proprietário reside em São Luís e vinha recebendo constantemente notificações de autuação do seu veículo na cidade. O suspeito que estava com a motocicleta foi encaminhado à delegacia.

Na BR-135, em São Luís, uma pessoa foi presa, na noite de segunda-feira (20). (AR)

Motociclista morre após bater em traseira de caminhão na BR-135

Uma colisão de uma motocicleta na traseira de um caminhão, nessa terça-feira (21), resultou na morte de um homem, na BR-135, em São Luís. A vítima foi o condutor da moto, identificado como Rivaldo Licar Santana.

No momento do acidente, chovia muito na BR-135, conforme a PRF. O motociclista colidiu ao tentar ultrapassar outro caminhão. Ao fazer a manobra, a moto desceu para o acostamento e colidiu na traseira do caminhão que estava parado no local.

Rivaldo morreu na hora. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o motorista não tinha Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Em novembro, entre os municípios de Santa Rita e o Entrocamento, ele havia sido multado por dirigir sem possuir CNH. (AR)



Populares observam corpo do motociclista e a moto, praticamente colada à traseira do caminhão



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	22 / 01 / 2020	PÁG.	9

SAO LUIS

Funcionário da polícia usava viatura em crimes

DIVULGAÇÃO



QUADRILHA SAÍA NO CARRO DA POLÍCIA PRATICANDO ASSALTO

MATHEUS WERNECK

Um funcionário terceirizado da Polícia Civil foi preso na última segunda-feira (20), suspeito de utilizar um carro da polícia para cometer crimes na capital.

O pedido de prisão preventiva foi cumprido após investigações. As suspeitas são de roubo qualificado, associação criminosa, usurpação de função pública e peculato.

Juntamente com o suspeito, outros três parceiros também foram presos. Segundo informações policiais, a quadrilha saía no carro da polícia praticando assaltos. A exemplo, o caso do roubo de R\$ 1.400, no centro e também de uma motocicleta no São Raimundo.

A prisão ocorreu durante o atendimento do indivíduo – já encaminhado para o presídio de Pedrinhas -, na Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) da Cidade Operária.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	22 / 01 / 2020	PÁG.	9

Maranhense fugitivo do Paraguai é identificado

Após dar o nome errado para o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), da PM sul-mato-grossense, maranhense fugitivo tem nome revelado

DA REDAÇÃO
Com agências

O maranhense detido na manhã da segunda-feira (20), já foi identificado. Ele foi abordado na Rodovia BR-463, próximo a Ponta Porã (MS), descalço, quando chamou a atenção de agentes do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), da PM sul-mato-grossense.

Ele se apresentou com Eduardo Alves da Cunha - contra quem não haveria denúncias ou mandado em aberto no Brasil - mas, segundo o Ministério do Interior paraguaio apurou, seu nome verdadeiro é Luis Alves Cruz.

Os outros dois fugitivos já detidos são Sabio Darío Gonzáles Figueredo, localizado em uma residência próxima à penitenciária regional de onde havia escapado, e Charli Antonio Giménez Martínez, que, de acordo com o jornal paraguaio ABC Color, não chegou à rua, tendo sido apanhado no interior do túnel de cerca de 15 metros que os detentos cavaram para supostamente escapar da penitenciária regional.

As autoridades paraguaias suspeitam que parte do grupo que fugiu deixou o presídio pela porta da frente, com a anuência de agentes penitenciários. "Já nos dias anteriores, vários dos fugitivos teriam deixado a prisão pela porta principal. Isso implica que, com efeito, toda a penitenciária está envolvida", disse ontem o ministro do Interior, Euclides Acevedo.

Tão logo a fuga se tornou pública, o chefe de Segurança, Matías Vargas, e o diretor da penitenciária, Cristian González, foram demitidos e cinco



MARANHENSE FOI RECAPTURADO PELO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DA FRONTEIRA

agentes penitenciários foram presos.

A ministra da Justiça, Cecilia Pérez, disse que "a possibilidade de envolvimento de agentes penitenciários corruptos" é alta e que a maioria dos detentos que escaparam integra a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Detentos recapturados

Até a tarde de ontem, apenas seis detentos tinham sido recapturados, após 48 horas de fuga de 76 presos da Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero, no Paraguai.

Um deles foi detido ontem (20), já em território brasileiro, pela Polícia Militar do Mato Grosso do Sul.

As três últimas detenções registradas até a manhã de ontem, terça-feira (21), ocorreram na noite da última segunda-feira (20), na cidade de Arroyito, a cerca de 150 quilômetros de Pedro Juan Caballero.

Os três fugitivos capturados são José Enrique Ullon Duarte, Ronald Francisco Britez López e Orlando Ma-

nuel Torres Vera, paraguaios que, segundo suspeita do Ministério do Interior, integram célula do Primeiro Comando da Capital (PCC) no país.

Segundo a Força Tarefa Conjunta, unidade das Forças Armadas paraguaias que conta também com integrantes da Polícia Nacional e da Secretaria Nacional Antidrogas, os três foram detidos enquanto caminhavam pelo acostamento de uma rodovia.

As roupas "precárias" e a atitude suspeita chamaram a atenção dos agentes da Força Tarefa, que montou barreiras na região para tentar recapturar os 76 fugitivos.

Isso implica que, com efeito, toda a penitenciária está envolvida
